

Pela internacionalização do pensamento econômico

RENATO DAUMANN

A economia brasileira é uma economia jovem. Quer se considere a composição da estrutura etária da população, quer se analisem as características básicas e a data de instalação de boa parte do parque produtivo, esta parece ser uma conclusão previsível.

De maneira semelhante ao seu objeto de análise, o pensamento econômico brasileiro — assim entendido o esforço sistemático e consistente de interpretação, utilizando um enfoque metodológico definido — é também relativamente recente e limitado em volume, sobretudo se comparado com a produção intelectual nos países mais avançados.

Essa disponibilidade limitada de conhecimentos é uma característica — típica de todo organismo jovem — de busca de um maior grau de autoconhecimento através de esforços de análise por parte dos nossos economistas tenham um traço comum de relativa introspecção, em prejuízo de maiores explorações sobre o relacionamento da economia nacional com a dos demais países.

Essa introversão do esforço analítico é explicável em parte pelo reduzido grau de abertura da economia, e pode-se mesmo argumentar que encontra justificativa nos princípios básicos da teoria econômica: os recursos escassos (capacidade de conhecimento) devem ser alocados às atividades mais prementes (análise da economia interna).

Além disso, as características específicas da economia brasileira — convivência secular com inflação e problemas decorrentes de balanço de pagamentos, desempenho marcante em termos de crescimento do produto, elevado grau de concentração da renda,

entre outras — tem feito com que, de um lado, seja estimulante a compreensão dessas características, ao mesmo tempo em que, por outro lado, a demanda da sociedade pelo trabalho dos nossos economistas tenha sido, sobretudo, no sentido de contribuir para equacionar esses problemas internos.

Muito tem sido feito e ainda há muito a se fazer nesse sentido.

Ocorre, no entanto, que estamos testemunhando hoje um processo marcante e pouco claro de modificações significativas no cenário mundial, tanto nas relações comerciais quanto na que se refere ao sistema financeiro.

Isso coloca na agenda dos economistas uma série de desafios novos, e é forçoso reconhecer que muito pouco do esforço realizado até aqui é diretamente utilizável para responder às questões principais.

Alguns exemplos ilustram a importância do argumento.

Tiveram início há algum tempo as negociações comerciais multilaterais no âmbito do GATT. As expectativas com relação a essas negociações convergem para um sentimento de que depende do seu sucesso a estabilidade das regras do relacionamento econômico internacional: a experiência dos anos 30 recomenda que essa estabilidade é essencial sobretudo em períodos de crise e indefinição de políticas econômicas. Nesse sentido — e data a importância do tema — parece surpreendente constatar o limitado estoque de análises técnicas disponíveis hoje para apoiar nossos negociadores.

Outro exemplo pode ser buscado nas frequentes indicações de necessidade de reforma do sistema financeiro internacional.

Considere-se, a propósito, as recentes proposições do secretário do Tesouro

americano, por ocasião da assembléia geral conjunta do FMI e Banco Mundial, em setembro passado, no sentido de se adotar como referencial de paridade das moedas dos países industrializados um índice de preços construído a partir de uma cesta de matérias-primas específicas. Este tipo de formulação tem tido grande repercussão sobretudo por ter sido feita por uma autoridade de destaque, mas é, na verdade, apenas mais uma dentre diversas outras sugestões de reforma apresentadas recentemente.

A questão que ela suscita na hipótese de uma reforma do sistema financeiro internacional, que tipo de proposta seria mais interessante ao nosso País? Difícilmente se disporia hoje de análises que permitissem sequer especular a respeito.

É fácil descartar essas preocupações com o argumento de que as respostas a essas perguntas passam pela definição dos rumos da economia a longo prazo, o que é prematuro fazer no presente estágio dos trabalhos da Assembléia Constituinte.

No entanto, a importância desses temas é tal que a falta de compreensão a respeito pode até mesmo comprometer uma estratégia de crescimento de longo prazo definida de forma unilateral.

A solução parece estar na maior conscientização dos economistas com relação à necessidade de analisar os diversos aspectos da internacionalização da economia. Uma condição necessária para tanto é que outros setores da sociedade se apercebam da importância dessas análises e demandem maior esforço nessa direção.

Renato Daumann é professor de Economia da UnB